

Collor: divergências com Sarney são superáveis

Governador alagoano é recebido no Planalto, nega "qualquer briga", mas insiste nos 4 anos



Luiz Henrique

PMDB não vai apoiar diretas já

O líder da bancada do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), afirmou, ontem, que o partido não se integrará a nenhuma campanha pelas diretas já, porque tem responsabilidades no momento com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Lembrou que, na concentração de anteontem em Curitiba, o próprio ex-ministro Dante de Oliveira lembrou que a responsabilidade maior do partido, agora, é com a Constituinte.

Luiz Henrique sustentou que já ficou claro que a bancada do PMDB na Constituinte considerou o momento inoportuno para uma definição a respeito da duração do mandato do presidente Sarney — se de quatro ou cinco anos. Lembrou que, na última reunião da bancada compareceram pouco mais de 220 parlamentares, quando o quorum de deliberação seria de 305. Mais de 70 se ausentaram de forma deliberada, o que significa que não querem uma definição partidária agora sobre o problema.

Richa critica campanha por eleição em 88

Rio — O senador José Richa (PMDB-PR) fez ontem, no Rio, a sua mais veemente declaração contra a mobilização por uma campanha por eleições diretas e assumindo sua identidade de moderado chegou a criticar indiretamente o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, seu amigo pessoal, que quer um posicionamento do partido sobre a duração do mandato de Sarney o mais rápido possível.

— O povo não está interessado nesta campanha — disse Richa, numa referência ao movimento Pró-Diretas, insistindo em que não acredita no sucesso de uma mobilização popular em torno desta bandeira.

— Acho que não é hora do PMDB se manifestar sobre a duração do mandato de Sarney, que é uma prerrogativa da Constituinte. Portanto, na minha opinião, este posicionamento deve ocorrer no final de outubro ou no início de novembro, próximo ao final dos trabalhos da Constituinte —, disse depois de se manifestar contra a reunião das bases do PMDB, prevista para o próximo dia 28. Esta reunião, que tem como articuladores Mário Covas e o também senador e líder do PMDB do Senado, Fernando Henrique Cardoso, respaldado na corrente progressista do partido, seria uma resposta à decisão da cúpula pemedebista que adiou a convenção extraordinária que decidiria sobre o mandato de Sarney.

José Richa também não acredita num alinhamento de posições em torno das diretas entre o ex-governador Leonel Brizola, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Mário Covas.

Aureliano: a preocupação é com a crise

Rio — Advertiu, ontem, no Rio, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que o fracasso do comício pelas diretas em 88, realizado em Curitiba, com o apoio do ex-ministro Dante de Oliveira e os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, "mostrou que o povo está muito mais preocupado com a crise econômica do que com a substituição do presidente José Sarney".

O ministro, perguntado se confirma as informações de que já teria decidido ser candidato à Presidência da República, disse: "Este ano é um momento propício. Estamos enfrentando um problema econômico muito grave e se normalmente há uma interação entre problemas financeiros e políticos, no momento a situação é outra, exigindo mobilização da sociedade e das lideranças políticas exclusivamente para superar os problemas econômicos".

Enfatizou Aureliano que "não é verdade que a maioria dos constituintes queiram mandato de 4 anos para o Presidente da República. Mandato de 6 anos é excessivo para a tradição republicana, que é de 4 ou 5 anos".

"Nunca houve qualquer briga. Havia pontos de vista diferentes e que hoje são facilmente superáveis". A declaração é do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, ao sair de sua primeira audiência com o presidente José Sarney, desde sua posse em 15 de março deste ano. "Foi um encontro que classificaria de excelente", afirmou o governador.

Apesar de feitas as pazes — a audiência anterior de Collor, há cerca de 20 dias, foi cancelada pelo Presidente após entrevista do governador que o Palácio do Planalto considerou "desrespeitosa" — o governador mantém sua posição a favor de quatro anos para o mandato do presidente José Sarney. Indagado se não se sentia isolado sendo o único governador a defender esta posição, respondeu: "Simto-

me com a consciência em paz porque defendo um ponto de vista que considero justo".

RELACIONAMENTO

Ele negou que sentisse qualquer discriminação no relacionamento de Alagoas com o Palácio do Planalto. "Não tenho encontrado no Governo Federal qualquer dificuldade para obter recursos para o meu Estado. As dificuldades que encontramos são para todos os Estados e se devem aos problemas econômicos que todos conhecem e que serão superados com o Plano Econômico do Governo que o presidente Sarney disse será anunciado nos próximos dias", afirmou Fernando Collor.

Ele defende a implantação imediata de um plano para corrigir os rumos da economia com

resultados práticos imediatos de forma a reconquistar a confiança popular. "O povo está cético e apático em relação à situação econômica como um todo. E é preciso mudar este quadro sacudir a população com um plano que baixe os juros e controle a inflação, hoje estimada em mais de 25 por cento ao mês", observou o governador.

Mesmo após a pacificação e da crença de que o Governo logo vai agir, o governador de Alagoas continua achando que está faltando ação às autoridades econômicas: "Há um ditado popular que diz — o que se predica tem que se pratica. Acho que é o caso. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, precisa agir mais rápido, adotar as medidas corretas", afirmou Fernando Collor.

JULIO ALCANTARA



Pazes feitas, Collor deixa sorridente o Planalto

Quêrcia não concorda com trégua

Da Sucursal

São Paulo — Na mesma linha que vem adotando ultimamente, de "apoio crítico" ao Governo Federal, Orestes Quêrcia não concorda em que se dê uma trégua ao Presidente. "É hora de fazer um esforço, apoiar o Governo, mas, se for preciso, fazer críticas. Democracia é isso mesmo", afirmou.

Por esse motivo, a análise da política econômica de Sarney deverá entrar na pauta da reunião de governadores da região Centro-Sul, proposta por Pedro Ivo, governador catarinense. Segundo explicou Quêrcia, a data do encontro não foi marcada. Dos três governadores que ficou encarregado de contactar, até agora falou somente com Newton Cardoso, com Moreira Franco e Marcelo Miranda (MS), ele pretende falar em breve.

Quêrcia adiantou que além de temas políticos, na reunião vão trocar opiniões sobre fiscalização tributária e problemas comuns aos estados da região. Deixou claro que o principal desses problemas é a falta de recursos. "O aumento para o

funcionalismo público vai sacrificar muito o Estado de São Paulo e vamos precisar da ajuda do Governo Federal. Todos os estados vão precisar dessa ajuda", comentou Quêrcia.

A data da reunião, que acontecerá em Florianópolis, depende de uma nova conversa entre Quêrcia e Pedro Ivo. O governador catarinense ficou de convidar seus colegas Alvaro Dias e Pedro Simon. Até agora, Quêrcia conta apenas com o sinal verde de Newton Cardoso, que, segundo o governador paulista, considerou a idéia "muito boa".

A reunião de Florianópolis pode detonar a formação de um bloco de governadores em contraposição aos de outras regiões — como a Amazônica e Nordeste —, que se uniram para reivindicar atenção especial e recursos do Governo Federal. Para exercerem pressão, os governadores da região Centro-Sul têm como principal cacife o peso político de seus estados, traduzido na soma de suas bancadas federais.

GATILHO

Com alívio, mas sem considerar uma vitória, Quêrcia comentou ontem a decisão do Su-

premo Tribunal Federal em conceder a liminar que suspende a vigência da lei do gatilho salarial para os funcionários públicos do estado. "O relator da matéria avançou, inclusive, a uma opinião de mérito, no sentido de considerar efetivamente inconstitucional essa lei", comentou o governador.

Para compensar o desgaste sofrido pela suspensão do gatilho salarial e a rejeição pela Assembleia Legislativa de seu projeto que suspende o pagamento, Quêrcia anunciou também a criação de outro mecanismo de reajuste. Com ele, os funcionários que recebem salários menores terão um aumento maior do que os servidores com salários mais altos.

Segundo cálculos preliminares, a nova fórmula vai elevar em 70 por cento a folha de pagamento, o que significa que os funcionários com salários inferiores vão receber aumentos acima desse percentual. Para conceder esse aumento, Quêrcia espera receber recursos do Governo Federal, já que, segundo informou, "num primeiro momento a falta de verbas para isso é da ordem de três bilhões de cruzados".

Covas diz que Aliança acabou

O líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, disse ontem que o PMDB e o PFL continuam sendo a principal base de sustentação política do Governo, mas separadamente. A Aliança Democrática, em sua opinião, já não existe mais: "Ela foi importante, atingiu os seus objetivos e os cumpriu; se quiser continuar existindo, deve eleger novos objetivos".

Para Mário Covas, não há dúvidas quanto ao apoio do PMDB ao Governo do presidente José Sarney, só que esse apoio, a seu ver, não está vinculado à questão do mandato presidencial. A posição do presidente da República, de permanecer no Palácio do Planalto até 1990, segundo ele é uma manifestação importante, mas o partido não precisa seguir essa opinião.

O líder do PMDB na Constituinte acha que a tese dos quatro anos já é vencedora, ele que tem visitado as bases do partido em diversos estados: "Eu não vi ainda nenhuma manifestação das bases do partido que não fosse pelos quatro anos de mandato".

Ressaltando que "não preten-

der ser dono da verdade", Mário Covas disse que vai fazer, dentro do partido e nos seus limites, tudo que puder para que o mandato do presidente José Sarney seja de quatro anos, e para que o PMDB se defina o mais rapidamente possível sobre o assunto.

Embora confirme, cada vez mais, o respaldo da base partidária à tese dos quatro anos, Covas disse que respeitará a decisão do PMDB, se o partido se definir pelos cinco anos de mandato: "O que vocês querem, que eu rompa com o partido? Eu não posso ir mais longe do que estou indo".

Mas quer. Quer que o PMDB vá para as ruas defender a tese dos quatro anos, defendendo a bandeira das diretas já. Só que o já, para Covas, é em novembro do ano que vem, "porque precisamos completar a transição, que passa pela promulgação da Constituição brasileira e se completa com as eleições presidenciais".

Não concorda com a tese que defende eleições diretas imediatamente após a promulgação do texto constitucional, porque isso prejudicaria o próprio

trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, fundamental para a transição.

RELATORES

O líder Mário Covas informou ontem que pretende reunir os relatores das comissões temáticas, juntamente com o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, hoje, sábado e domingo, quando serão discutidos os relatórios a serem entregues à Comissão de Sistematização.

A primeira reunião com os relatores, Covas fez na última terça-feira, com a discussão dos relatórios da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher (José Paulo Bisol), e da Comissão de Organização do Estado (José Richa).

O deputado Ulysses Guimarães, ao contrário do que se informou, não esteve presente à primeira reunião dos relatores. Ele telefonou do Ministério da Fazenda, às 21h30, para o senador Mário Covas: "Ele estava na Fazenda com o Bresser e me telefonou, dizendo que estava meio cachimbado e que iria descançar".

Grupo do PFL quer rompimento

O rompimento da Aliança Democrática, defendido com mais ardor pelo senador José Agripino (RN), e o afastamento do Governo, ainda que preservando o presidente José Sarney, marcará a reunião dos independentes do PFL, que pretendem uma definição destes temas na convenção partidária, marcada para o início de julho.

Durante o encontro, realizado no apartamento do deputado Lúcio Alcântara (CE), o presidente José Sarney recebeu várias críticas pelo fracasso da política econômica e indecisões do Governo. O deputado Jofran Frejat (DF) chegou a observar que o partido está sendo prejudicado porque "ninguém sabe o que o Presidente pensa".

CRITICAS

Os participantes da reunião foram quase unânimes em reconhecer que o PFL está com uma imagem conservadora altamente prejudicial. A deputada Maria Abadia (DF) comentou que, durante a greve dos bancários, compareceu a uma assembleia com o objetivo de ajudar na busca de acordos, mas foi hostilizada por várias pessoas, que acusavam o PFL de ser o "partido dos banqueiros".

A deputada Sandra Cavalcanti (RJ) discordou, acrescentando na discussão da ordem econômica os representantes do PFL foram elogiados por suas atitudes progressistas. Essa defesa foi contestada pelo deputado Manoel de Castro (BA), que teve problemas com sua atuação no debate da questão urbana. Sentiu, também, uma reação da cúpula por haver defendido o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Maria Abadia observou que o PFL está sem qualquer penetração na área universitária porque não tem um perfil aceitável. "É um partido sem cor, sem identidade e que, apesar das esperanças despertadas ao

nascer, está rapidamente envelhecendo".

ROMPIMENTO

O senador José Agripino foi muito incisivo ao agrupar o rompimento imediato da Aliança Democrática, que, na prática, não existe mais. O PMDB está comportando-se como se ao PFL coubesse somente a função de reboque. As bases partidárias estão irritadas e, de acordo com as informações, pressionando para esse afastamento.

Sandra Cavalcanti concordou em que não há mais condições de ser mantida a Aliança Democrática porque isto só levará o PFL a um desempenho mediocre nas próximas eleições. A sua colocação é de que ou o Governo compreende que está andando de bicicleta e as rodas — PMDB e PFL — têm a mesma importância ou o veículo não é estável.

Na opinião de Sandra, a Constituinte provocará o nascimento de um outro Brasil, com redistribuição territorial, alterações tributárias profundas, novo enfoque



Lúcio Alcântara

social etc. Naturalmente, seria aconselhável a realização de eleições gerais após a promulgação da Constituição para que surja este novo País. Não é uma atitude contra o presidente Sarney, que merece ser apoiado nesta fase, mas uma exigência do processo político.

O deputado Maurício Campos (MG), 1º vice-presidente do PFL, condenou as atitudes de Sarney em relação ao governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, que vem hostilizando o PFL no Estado. "Ele não tem condições de defender a Aliança Democrática em nível nacional, enquanto nas bases seus companheiros são perseguidos. O Presidente parece não estar bem informado sobre quem é e o que vem fazendo o governador Newton Cardoso", disse.

DESCRÉDITO

O deputado Lúcio Alcântara manifestou sua grande preocupação com as dificuldades de ordem econômica, que estão agravando-se a cada dia, provocando um descrédito do presidente José Sarney e do Governo como um todo. O PFL, em sucessivos documentos da Fundação Tancredo Neves, apontou a deficiência da política econômica do PMDB e previu o que está ocorrendo. A seu ver, o PFL deve exigir profunda mudança na área a fim de salvar o Governo.

Os participantes revelaram grande preocupação com a influência que os ministros Aureliano Chaves (Minas e Energia), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Jorge Bornhausen (Educação) terão na convenção partidária, marcada para início de julho. Alguns dos 15 parlamentares que compareceram ao apartamento de Lúcio Alcântara acham que os ministros são, hoje, os mais interessantes em deixar o PFL condicionado ao Governo, o que está contribuindo para seu desprestígio.

Convenção do PMDB poderá ser este mês

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) revelou, ontem, que até a próxima semana espera ter reunido 300 assinaturas de convençionais do PMDB para, então, requerer formalmente, nos termos dos estatutos partidários, a realização da Convenção Nacional do Partido — suspensa na reunião de terça-feira última da Executiva Nacional — para os dias 27 e 28 do corrente, a fim de discutir com o Governo metas compatíveis com o programa partidário, fixar posição sobre duração do mandato de Sarney, sistema de governo e outros temas.

Fruet disse aos jornalistas, ontem à tarde, que já conseguiu reunir 150 assinaturas de convençionais. O requerimento tornará automática a convocação da Convenção para aquelas datas, se ele conseguir as trezentas assinaturas

previstas. O deputado paranaense distribuiu o requerimento aos diretórios do PMDB em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, nos quais espera completar o número de assinaturas exigido pelos estatutos.

MAIORIA

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, acredita que a Convenção Nacional foi adiada porque este era o desejo da maioria esmagadora do partido. Ele crê que a Executiva Nacional voltará a convocar a Convenção para dentro de 60 a 90 dias. "Votei pelo adiamento para que o partido possa amadurecer uma decisão sobre a forma de governo e só então definir a duração do mandato do Presidente da República", disse.



Fruet quer reunir convenção. João Cunha: foi um golpe



Cunha denuncia Ulysses

"Ulysses Guimarães é o grande cabo da nova Arena em que estão transformando o PMDB, à revelia de suas bases" — disse ontem o deputado João Cunha (PMDB-SP), para quem o presidente do PMDB "articulou uma farsa, ao adiar a convenção nacional do partido que deveria definir a duração do mandato presidencial e o sistema de governo".

Para o deputado paulista, a própria ideia de fazer uma convenção nacional objetivou apenas ganhar tempo, na medida em que "não há o que discutir. O compromisso de uma Nação determina eleições diretas para presidente imediatamente e a convenção de Constituinte livre e soberana. Esta é a nossa obrigação com a Nação — acentuou. Fora disto, é traição".

João Cunha disse que a disputa pelo poder no partido, dentro da Constituinte e nos Estados, além da própria disputa presidencial, fez com que a cúpula do PMDB se esquecesse dos interesses da Nação e se "atolasse no lamaçal dos

próprios interesses pessoais ou grupais".

"Aí está o nepotismo, o apadrinhamento, o tráfico de influência, o primismo quercista. Tudo é o jogo do poder pelo poder. E não foi para isso que viemos do fundo da história. Viemos para mudar tudo o que fosse possível e até mesmo o impossível", acrescentou o parlamentar.

Lembrando o compromisso do PMDB com o desenvolvimento, Cunha lamentou: "saímos de Delfim Netto para administrar a recessão com Bresser Pereira". E, depois de acentuar o compromisso do PMDB com o fim dos privilégios, das oligarquias e com a transparência do governo, concluiu:

"Infelizmente, Ulysses e as cúpulas dirigentes não pensam assim. O exemplo do filho de Ulysses, presidindo o Banco Itamaraty que pertence a uma das empresas ganhadoras da concorrência da Ferrovia Norte-Sul, e apenas a ponta do iceberg, cuja profundidade desconhecemos".

Expedito prevê novos partidos

Expedito Machado e seus companheiros também estão convencidos de que, dentro dos próximos seis meses, os conflitos ideológicos que já explodiram dentro da Constituinte determinarão, fatalmente, uma reorganização do quadro partidário — com que, aliás, já vem contando o senador Marco Maciel, presidente do PFL.

E claro que uma legenda com a força e o apelo do PMDB sobreviverá a esse terremoto, mas qual das duas principais correntes tomará conta dessa legenda? Expedito afirma que o Centro Democrático pretende crescer para assumir condição majoritária no PMDB. O próprio Mário Covas, que lidera os ortodoxos, já admitiu que este o objetivo do grupo mais conservador do partido, aliado declarado de Sarney.

Nos próximos meses, esta vai ser a grande batalha dentro do partido. Covas e seus companheiros não imaginam sequer a ideia de que o grupo ortodoxo, cuja matriz foi o grupo autêntico, mais à esquerda, venha a ser expulso da legenda cujo charme construiu ao longo das batalhas que travou contra a ditadura militar.

Expedito Machado e seus companheiros pensam de forma diferente. Acham que a esquerda se sentirá incomodada a partir do momento em que perder o poder de influência dentro do partido para os políticos de centro. Esta é uma guerra que apenas começou e cujo desfecho ainda pode ser considerado como imprevisível. O que se verifica é que os conservadores estão dispostos a exigir uma definição de Ulysses, sem o que já admitem uma aliança com Mário Covas.

Alguns observadores, numa análise da situação política, acham que Ulysses não poderá conservar a posição ambígua que sempre teve em face das disputas entre esquerda e direita no PMDB. Os tempos são outros e o Dr. Ulysses vai ter que fazer a sua opção, mais cedo ou mais tarde. Se não o fizer, poderá ser atropelado pelos acontecimentos que estão se registrando em grande velocidade. "Em cima do muro ninguém vai ficar aqui, inclusive o Ulysses", afirma Expedito Machado.

O deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do PMDB do Ceará, adverte que Ulysses Guimarães não parece ter entendido o acordo que firmou com os coordenadores de bancadas, na semana passada, uma vez que continua adotando posição pendular dentro do partido, sem se definir por nenhum dos dois grupos em que se divide. Essa posição famosa de Ulysses deu certo em outros tempos, agora não terá condições de salvar o presidente do PMDB.

O grupo Centro Democrático já se constituiu dentro do PMDB, independentemente dos coordenadores de bancadas, segundo Expedito Machado. Mais cedo ou mais tarde, "de preferência antes que seja tarde demais", Ulysses Guimarães terá de fazer sua opção — por esta corrente ou pela dos ortodoxos, já liderada pelo senador Mário Covas. Do mesmo jeito que procurou Ulysses, o grupo de Expedito pode procurar Mário Covas para um acordo, segundo o próprio deputado cearense.

— O Covas quer a Presidência da República, como o Ulysses. Não temos conflito de interesses com ele, pois não queremos a Presidência, afirma o deputado do PMDB do Ceará.

Expedito Machado está convencido de que, dentro de seis meses, haverá novo quadro político no País — o parlamentarismo mitigado e, fatalmente novo panorama partidário. O parlamentarismo imaginado por facção expressiva do PMDB não é o presidencialismo mitigado com a divisão do Gabinete de forma que só os civis estariam sujeitos ao voto de desconfiança, ficando os ministros militares vinculados ao Presidente da República. Esta seria uma forma estrúxula.

Todo o gabinete, chefiado por um primeiro-ministro indicado pelo Presidente da República, poderia cair por voto de desconfiança votado pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, inclusive os ministros militares.

Alberto Silva: O povo cansou de discursos

O governador Alberto Silva, do Piauí, não acredita no sucesso de uma campanha pelas eleições diretas para Presidente em 88. "O povo não quer mais ouvir discursos, quer ver os resultados da ação do governo", disse o governador, logo após a cerimônia de posse de Marcos Freire no Palácio do Planalto.

Silva criticou a campanha das diretas para o ano que vem, lançada em Curitiba anteontem, afirmando que ela visa a "atropelar a marcha de um governo que está disposto a acertar em favor do povo".